

Sindsep-MT realizará 10ª plenária e o 7º congresso em novembro

O evento será no auditório da Estância 3J que fica situado à Rodovia Cuiabá/Poconé, Km 54, no distrito de Cangas

Servidores federais de Mato Grosso se reunirão no início do mês de novembro para debater temas polêmicos como a manutenção do veto presidencial da Emenda 3, durante a 10ª plenária e o 7º congresso do Sindsep-MT (Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso) nos dias dois, três e quatro, a partir das 08h, no auditório da Estância 3J Hotel Fazenda.

Para entusiasmar o debate, será abordado também a elaboração do Projeto do novo Plano de Carreira, Cargos e Salários do funcionalismo público federal, o PLP

01/2007, que acresce o artigo 71-A à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que limita os gastos com os servidores públicos que ficarão em 1,5% por 10 anos em função do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal.

Na ocasião, volta à pauta da discussão o PLP 248/98 que regulamenta a demissão de servidores por "insuficiência de desempenho". O Sindsep-MT começa a organizar a luta contra as chamadas "gratificações de desempenho", que individualizam o contrato de trabalho e quebram com a parida-

de e abre as portas para as exonerações. O evento será no auditório da Estância 3J que fica situado à Rodovia Cuiabá/Poconé, Km 54, no distrito de Cangas. Também consta como foco do encontro a

reformulação do estatuto; prestação de contas; reestruturação do Sindsep-MT, tendo em vista a posse da nova diretoria e o retorno imediato dos anistiados conforme lei nº 8878/94.

DICAS DO SINDSEP-MT

Quais as vantagens de ser sindicalizado?

- O sindicato é um instrumento de união entre os servidores nas lutas para garantir os direitos e evitar a perda de outras conquistas da categoria.
- Com essa união, os servidores somam forças e dão ao Sindicato maior respaldo para representar a defesa dos direitos, como – por exemplo – nas negociações por melhores salários.
- O SINDSEP-MT oferece a assistência jurídica no que se refere à garantia dos direitos do trabalhador. Com isso, o sindicato estará, também, incluído nas ações judiciais implementadas pelo Departamento Jurídico, no que se refere à reposição de perdas salariais e outras conquistas da categoria na Justiça.
- Na luta em prol dos aposentados e pensionistas, o sindicato evita que eles recebam, por parte do governo federal, tratamento diferenciado do dispensado aos servidores da ativa. Essa tem sido uma batalha constante do SINDSEP-MT, aliado à CONDSEF e a CUT.
- Ao participar do sindicato, o servidor reforça a trajetória de resistência ao desmonte do serviço público e ajuda a garantir ao tão sofrido povo brasileiro o mínimo de assistência do Estado, previsto na Constituição Federal.
- Filiado à CUT e à Condsef, o SINDSEP-MT é uma entidade séria, com 17 anos de história em Mato Grosso e segue na defesa de bandeiras do servidor público federal.

FONTE: SINDSEP-MG

Editorial

O Sindsep-MT (Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso) está há cinco meses sob nova gestão que foi conquistada em meio aos imbróglios e lutas judiciais. O rumo, desde então, tem sido voltado à reestrutura física, financeira e moral, para dar aos filiados o amparo necessário.

A 10ª plenária e o 7º congresso tem como objetivo ser um marco na nova fase da instituição que convida os servidores federais, filiados e não filiados, ativos e inativos para estarem presentes na reconquista da imagem forte e transparente.

Para diminuir as distâncias, o sindicato lançará um informativo, que será distribuído nos órgãos filiados para deixá-lo a par das últimas informações. Contamos com a sua sugestão para o nome do nosso jornal.

Sindsep-MT: Independente, de luta e democrático!

Carlos Alberto de Almeida
PRESIDENTE

Anistiados do governo Collor querem retorno imediato

O SINDSEP-MT está luta para requerer a retomada dos trabalhadores o mais rápido possível

O SINDSEP-MT não esquece a luta pelo retorno dos anistiados, demitidos pelo governo de Fernando Collor, e exige o cumprimento do decreto 6.077/07 com reintegração imediata de todos os afastados naquela época.

No último dia 10 de abril, o presidente Lula assinou novo decreto - 6.077/07 - com o objetivo de agilizar o retorno ao trabalho dos anistiados. O artigo quinto do decreto estabelece as seguintes condições para o Estado priorizar a convocação dos anistiados: substituição de força de trabalho terceirizada, empresas ou setores públicos que sejam responsáveis por ações do PAC, necessidade de recomposição de efetivos através de concursos públicos.

Segundo a representante da Comissão Nacional dos Anistiados de Mato Grosso, Joacira Santana Rodrigues de Almeida, falta somente mais força de vontade do poder público e empenho, pois as demissões foram injustas e caracterizadas por perseguição política.

Com o decreto, a estimativa é a possibilidade de retorno de mais de 11 mil servidores, número de anistias que

aguardam homologação da Comissão Especial Interministerial (CEI). Com isso, o sindicato pretende agora pressionar o governo para que o retorno dos trabalhadores aconteça de forma rápida. No Brasil, cerca de 1,2 mil anistiados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estariam aptos a retornar imediatamente ao serviço público. Dos mais de 11 mil servidores que aguardam o retorno, apenas 839 já foram efetivamente reintegrados ao serviço público.

Pelas novas regras o servidor não é obrigado a retornar ao órgão de origem, nem ao cargo que ocupava antes de ser anistiado. A expectativa é de que a nova situação traga agilidade às reintegrações e facilite a volta daqueles que trabalhavam em órgãos já extintos. Pelo Decreto, a decisão ficará concentrada no Ministério do Planejamento e dependerá apenas de disponibilidade orçamentária.

No entanto, a briga de alguns servidores esbarra no anúncio do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e exige redobrar as atenções aos processos de anistia, o Departamento Jurídico do Sindsep-MT está atento

a tal fato e orienta os filiados.

Entre as exigências, está a necessidade de garantias de que o programa não irá interromper a volta dos trabalhadores, demitidos injustamente. Joacira lembrou que - recentemente - a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, sob a responsabilidade do senador Paulo

Paim (PT - RS) conseguiu a assinatura de 12 congressistas em favor da causa dos anistiados.

A representante se mostra otimista com a reintegração dos servidores e avaliou de forma positiva, pois as homologações das anistias começaram a ser publicadas no Diário Oficial, desde o início de outubro.



Anistiados se reuniram com os novos dirigentes do Sindsep-MT

Aposentados e pensionistas contam com apoio do Sindsep-MT na luta pela paridade

Na luta em favor dos aposentados e pensionistas, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) conta com o Departamento Jurídico para dar assistência aos filiados, evitando que eles recebam, por parte do governo federal, tratamento diferenciado do dispensado aos servidores da ativa. Essa tem sido uma batalha constante aliado à CONDSEF e a CUT.

O objetivo é defender o interesse dos aposentados e pensionistas em concordância à definição do Supremo Tribunal Federal (STF), do dia 19 de abril, que decidiu que a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (Gdata) do antigo Plano de Classificação de Cargos (PCC) - hoje, Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) - deverá ser concedida a tais servidores na mesma proporção dada aos ativos.

A paridade - direito de igualdade de remuneração entre servidores

Reunião da nova diretoria com os aposentados filiados



ativos, inativos (aposentados) e/ou pensionistas do serviço público federal - apesar de ser garantida pela Constituição Federal (art.40, § 8º e posteriormente incluído no art.7 da EC/41/2003), na prática, vem sendo descumprida há algum tempo, uma vez que os

servidores inativos (aposentados) e/ou pensionistas têm recebido remunerações diferentes da dos servidores ativos.

A decisão do STF abre precedente para mais de 240 mil servidores federais inativos (aposentados) e/ou pensionistas do antigo Plano de Classificação de Cargos (PCC). Mas para ter direito ao reajuste de 167% sobre a gratificação de desempenho, os servidores terão de entrar com ações na Jus-

tiça.

Apesar do texto citar apenas a Gdata, este é extensivo a todas as gratificações produtivistas que existem no serviço público tais como GDASST (Seguridade Social e Trabalho), GDATA (Ciência & Tecnologia), GDARA (Incra), GDAMB (Meio Ambiente), entre outras. Todavia, o Sindsep-MT trabalha em prol de requerer essa diferença junto ao interesse disposto pelos filiados.

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT
Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: Thaís Raeli - DRT 26 645/RJ
Projeto Gráfico: Artesol - (65) 9245 0679

SINDSEP-MT
Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Veja na tabela as bandeiras que o SINDSEP-MT defende

Órgãos que fazem parte do Sindsep-MT

MAARA
MEC
EXERC
FAZENDA
JUSTICA
M.PLANEJAMENTO
PF
AERONAUTICA
MPAS/SAS
M.SAUDE
DRT
CEFET/MT
UFMT
FUNAI
DPRF
MME
DNPM
FNS
ANVS
DNIT
AGU
IBAMA
COMUNICACOES
INCRA
IBGE
TRANSPORTE
INSS
MARINHA

O SINDSEP-MT merece sua confiança e conta com você!

O Sindsep-MT convida os servidores federais de Mato Grosso para participarem do sindicato. Em cinco meses de gestão, a nova diretoria, sob o comando de Carlos Alberto de Almeida, propõe que todos possam interagir em meio às lutas pelos trabalhadores públicos dos 28 órgãos representados pelo Sindsep-MT. A proposta da nova gestão é mais transparência e eficácia, por isso é importante sua adesão! JUNTE-SE À NÓS!

TEMA	RESPOSTA DO GOVERNO	REIVINDICAÇÃO DO SINDSEP/MT
PLP 01 - limita o crescimento da folha.	Aceitou negociar mudanças no projeto que não será apreciado da maneira que foi apresentada.	Requer que a lei garanta reposição anual da inflação para os servidores e ganhos reais negociados na mesa.
Emenda 3 - desregulamenta direitos trabalhistas.	Manterá o veto presidencial.	Não aceita flexibilizar a atual legislação.
Convenção 151 - garante negociação coletiva no setor público.	No Senado para ratificação.	Sempre defendeu a ratificação para garantir o direito de negociação para os servidores.
Direito de greve do funcionalismo público.	Vai discutir cada situação de forma individual, depois do envio da Convenção 151.	Defende que todo servidor tem direito de greve.
Fundação Estatal-Privada - aprofunda a contra-reforma de FHC (emenda 19).	Aceitou reabrir a discussão sobre o projeto com entidades de servidores.	Reitera o posicionamento oposto e continua a luta para derrubar o PLP 92.
Desconto dos dias de greve.	Alega que o Ministério do Planejamento iniciou as negociações com os servidores de cada órgão.	Contra o desconto, mas favorável à reposição do período de greve para que as tarefas pendentes sejam atualizadas.
Retorno dos anistiados (demitidos pelo governo Collor).	Prevê uma reunião com as entidades sindicais para discutir a reintegração.	Exige o cumprimento do decreto 6.077/07 com reintegração imediata de todos os anistiados.
Convenção 158 - proíbe a demissão imotivada.	Em fase de conclusão de detalhes jurídicos para enviar a ratificação ao Senado.	Sempre defendeu a ratificação para inibir a rotatividade de mão-de-obra.
Reforma da previdência	A proposta do IPEA não representa a posição oficial do governo. Ainda em discussão.	Contra qualquer reforma que retire os direitos, defende medidas como a ampliação dos registros em carteira para garantir a arrecadação.

FONTE: CUT

Departamento Jurídico do Sindsep-MT está de portas abertas aos servidores

O Departamento Jurídico do Sindsep-MT (Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso) está de portas abertas para os filiados e não-filiados, com o objetivo de sanar dúvidas sobre direitos trabalhistas e orientar no andamento de processos judiciais. A importância de esclarecer essas questões dos servidores coincide com a necessidade de melhorar a forma de comunicação entre o sindicato e a categoria.

Para satisfazer a demanda, o Sindsep-MT conta com o trabalho do advogado João Batista dos Anjos, especializado em direito sindical e trabalhista e da estagiária, Mara Lúcia Misael Gomes. O atendimento ocorre de segunda à sexta, no horário comercial (8h às 13h e de 13h às 18h) e recebe em média vinte pessoas por semana.

Há cinco meses atuando com a diretoria,

o departamento já promoveu oito defesas nas reclamações trabalhistas contra o Sindsep-MT e está na defesa de quatro processos de execução cíveis, devido aos imbróglios herdados da administração anterior. Além disso, o sindicato está atuando na luta dos aposentados e pensionistas no que diz respeito à Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (Gdata) e também com os demais servidores ativos, no que se refere à atualização dos vencimentos básicos que não são revisados desde o ano de 2002.



João Batista dos Anjos, advogado do Sindsep

O advogado

lembrou que a meta da nova gestão, sob a presidência de Carlos Alberto de Almeida, consiste em fortalecer cada vez mais os interesses dos trabalhadores. Ele citou a recente manifestação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), quando estiveram no local prestando o atendimento necessário.

Nova diretoria do Sindsep-MT defende transparência na gestão

A nova diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), tem como presidente Carlos Alberto de Almeida, que foi empossado há cinco meses e já no começo do mandato lançou um modelo de gestão mais participativa e transparente. A nova identidade da instituição, defendida pelos dirigentes, consiste em dar clareza aos gastos e disponibilizar para qualquer filiado a prestação de contas e ações do Sindsep-MT.

Apesar do pouco tempo de comando da nova gestão, a sede do sindicato passou por várias obras de reestruturação, permitindo, que os filiados tenham mais conforto e também para que houvessem melhores condições de trabalho. Foram adquiridos cinco computadores, uma televisão 29", além da readequação da estrutura da sede, entre outras ações.

"Agora os servidores têm um sindicato que defende os interesses da categoria", disse Carlos Alberto. O novo Presidente destacou o compromisso de zelar pelos direitos dos trabalhadores e por isso o Departamento Jurídico tem sido cada vez mais atuante para quem necessitar recorrer ao Sindsep-MT.



Presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto e servidores da Funasa

Apesar de otimista com os primeiros resultados alcançados, o líder sindical lamentou o episódio que denegriu a imagem do sindicato em meio à irregularidades do grupo de diretores que antecedeu. Ele apontou que a dívida deixada se aproximava de R\$ 600 mil, mas esse valor tem sido negociado para amenizar o problema. Até o momento,

as dívidas com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estão parceladas, dois funcionários que estavam sem receber foram quitados no valor de R\$ 15 mil.

Carlos Alberto se mostrou indig-

nado com irregularidades que envolveram compras de perfumes, 24 cheques sem fundo da Caixa Econômica Federal (no total de R\$ 48 mil) e a falta de compromisso com os profissionais da instituição.

A nova diretoria está lutando na Justiça para que haja reparo aos danos, o que também envolve as fraudes detectadas no processo de eleição. O dirigente contou que a Comissão Eleitoral burlou o resultados, escondeu urnas e invalidaram votos para favorecer a reeleição do grupo que concorria com ele.

Contudo, ele ainda questiona que - atualmente- assim que foram identificadas as irregularidades o antigo grupo que comandava sumiu, deixando inúmeras dúvidas que ainda pairam no ar, entre elas, o presidente questiona o que foi feito com R\$ 1,2 milhão, valor arrecadado durante o período de janeiro de 2003 à maio de 2007. "Eles não prestaram contas, sumiram com a documentação e ainda estão motivando os credores a entrarem na Justiça contra o sindicato", pontuou Carlos.

DIRETORIA EXECUTIVA DO SINDSEP - MT

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA

PRESIDENTE (FUNASA)

ROOSEVEL MOTTA - VICE

PRESIDENTE (INCRA)

DAMASIO DE SOUZA PEREIRA

1º SECRETÁRIO (CGU)

LUIZ MAURO EVANGELISTA

2º SECRETÁRIO (INCRA)

EDSON LUIZ DOS SANTOS

1º TESOUREIRO (FAZENDA)

IDIO NEMÉSIO DE BARROS NETO

2º TESOUREIRO (FUNASA)

ADERBAL CASTRO QUEIROZ

1º SEC. ADM (9º BEC)

ADELINO FERREIRA CAMPOS

2º SEC. ADM (DRT)

MAURÍCIO A. RATTACASO JR

1º SEC. FORMAÇÃO SIND. (FUNASA)

IRACY OLIVEIRA FERREIRA

2º SEC. FORMAÇÃO SINDICAL (FUNAI)

JAMIL OURIVES JÚNIOR

1º SEC. JURÍDICO (GRPU)

AMÉLIA ALVES SANTANA

2º SEC. JURÍDICO (AGU)

IDEVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA

1º SEC. INTERIOR (PRF)

ADELIO DA SILVA JÚNIOR

2º SEC. INTERIOR (DSEI)

MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES

1º SEC. IMPRENSA (FAZENDA)

ELIETE DOMINGOS DA COSTA

2º SEC. IMPRENSA (DRT)

IZAEL SANTANA DA SILVA

1º SEC. APOSENTADOS E PENS. (DNIT)

ENILDO GOMES

2º SEC. APOSENTADOS E PENS. (FUNAI)

EDIVAN DA SILVA CAMPOS

1º SEC. ANISTIADOS E DEMIT. (FUNASA)

MANOEL ARNALDO DAS CHAGAS

2º SEC. ANISTIADOS E DEMIT. (CONAB)

ROSINA DE ALMEIDA PAIVA

1º SEC. CULTURA (INCRA)

PATRÍCIO FERREIRA ORTIZ

2º SEC. CULTURA (DNIT)

SUPLENTES PARA DIRETORIA EXECUTIVA

1º. SEBASTIÃO DE JESUS (ZOOZOZES)

2º. SAMUEL E. DE SOUZA (FUNASA)

3º. FRANCISCO R. DIAS NETO (INCRA)

4º. MIRTES BENEDITA RONDON (DNIT)

5º. FRED CEBALHO (INCRA)

6º. DONATO F. DA SILVA (FUNASA)

CONSELHO FISCAL

1º. VALDEMAR R. SILVA (FAZENDA)

2º. MANOEL JOÃO DA SILVA (GRPU)

3º. JUAREZ J. DE BARROS (ZOOZOZES)

SUPLENTES

1º. JOÃO GALDINO (FUNASA)

2º. ARCILIO DE B. FILHO (INCRA)

3º. JOSÉ G. DE FREITAS (FUNASA)



Perfil do presidente

O presidente Carlos Alberto de Almeida é filiado ao Sindsep-MT desde sua fundação, em 1990. Carlos é funcionário da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) há 22

anos e hoje atua no cargo de técnico em cartografia. Durante dez anos foi coordenador estadual do Programa de Leishmaniose Visceral e Tegmentar e também já atuou na parte administrativa. É formado em matemática e especialista em gestão pública e saúde pública. Desde o nascimento do sindicato, o presidente tem sido atuante como filiado, mesmo que nos bastidores.

Demonstração do Resultado - 33.710.088/0001-94

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DE MATO GROSSO - Período: junho a setembro/2007

Receitas Brutas

(-) RESSARCIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO	803,34
MIN PLANEJAMENTO	547,96
EXERCÍCIO	12.246,33
MIN EDUCACAO (MEC)	60,52
MIN AGRICULTURA	17.500,47
MIN FAZENDA	11.054,63
MIN JUSTIÇA	123,32
POLICIA FEDERAL	82,56
MIN AERONAUTICA	131,32
MPAS/SAS	712,71
MIN SAUDE	321,13
D R T	1.405,07
CEFET/MT	364,37
U F M T	1.176,14
FUNAI	17.654,53
M M E	588,66
D N P M	191,84
FUNASA	35.361,95
A N V S	194,50
D N I T	1.669,79
A G U	181,00
IBAMA	3.747,66
MIN COMUNICAÇÕES	2.438,99
INCRA	21.690,71
I B G E	128,95
MIN TRANSPORTES	10.731,61
I N S S	3.457,97
MIN MARINHA	518,68

CONAB	5.058,99
RESSARCIMENTO REDE CEMAT	197,40
D P R F	48,72
M M E	196,22
SOBRA DE CAIXA	6,36
TOTAL	148.987,72
RECEITA LÍQUIDA	148.987,72
SUPERÁVIT BRUTO	148.987,72

(-) Despesas Financeiras

TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	167,40
CPMF	563,68
SAQUE CONTRA RECIBO	3,90
JUROS BOLETOS BANCARIOS	3,44
DEB AUTORIZADO	287,00
TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS	27,80
TOTAL	1.053,22

(-) Despesas Administrativas

MATERIAIS DE LIMPEZA	261,88
PRESTAÇÃO SERVIÇOS LIMPEZA	90,00
TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	5.851,76
ENERGIA ELÉTRICA	1.770,25
AJUDA TRATAMENTO MEDICO	91,00
COPIAS/ ENCADERNAÇÃO E FAX	622,30
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	2.863,50
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	800,00
ÁGUA E ESGOTO	88,23
INST. E MANUT. REDE INFORMATICA	1.266,35

MANUTENÇÃO REDE ELETRICA	757,40
COPIAS CHAVES	296,00
DESPESAS COM CARTORIO	230,80
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	2.642,92
LANCHES E REFEIÇÕES	2.716,01
DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	2.335,92
MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	497,00
DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	38,00
PASSAGENS E TRANSPORTE	2.652,91
MATERIAIS DE INFORMATICA	1.108,40
DESPESAS DIVERSAS	695,15
CORREIOS E POSTAGENS	64,00
VIAGENS E ESTADIAS	1.482,30
PLENARIA NACIONAL MTE/DRT	711,00
GREVE DNIT	980,00
MANUT. E SUPORTE DE SOFTWARES	3.671,00
MANUTENÇÃO LINHAS TELEFONICAS	215,00
REFORMA SINDICATO	8.641,51
PRESTACAO SERVIÇOS PEDREIRO	2.700,00
HONORARIOS ADVOCATICIOS	9.500,00
DESPESAS TAXI	39,00
SERVICOS LIMPEZA	545,00
DESPESAS GREVE INCRA	3.244,96
PAGTOS GESTÃO ANTERIOR	28.766,36
JORNAIS E REVISTAS	155,00
DESPESAS DE CONSUMO	759,90
REUNIÃO DIRETORIA DIA 14/07/2007	2.515,12
DOAÇÃO FESTA SÃO JOÃO BATISTA	200,00
ANISTIADOS	410,00
REUNIÃO RONDONOPOLIS 16/08/2007	667,40
VIAGEM A BRASILIA 20/08/2007	730,00

REUNIÃO DIRETORIA 25/08/2007	1.253,86
DESPESAS P/ RETIRADAS DE DELEGADOS	5.708,90
DESPESAS PLACAS ACRILICO	210,00
CONSERVOS E REFORMAS	215,50
CONDFEF PARCELAMENTO 01	750,00
DOAÇÃO SOPÃO CIDADE VERDE	100,00
CUT CURSO FORMAÇÃO SINDICAL	150,00
CONTRIBUIÇÃO AGENTES SAUDE	200,00
REUNIAO DNIT	211,52
TOTAL	102.473,11

(-) Despesas Gerais e Trabalhistas

SALÁRIOS	10.254,50
INSS	1.209,95
VALE TRANSPORTE	3.287,35
ESTAGIARIA SETOR JURIDICO	1.000,00
AJUDA CUSTO MANOELARNALDO	500,00
REMUNERAÇÃO PRESIDENTE	4.000,00
TOTAL	20.251,80

Cuiabá, 19 de Outubro de 2007.

MARIA DE JESUS DA SILVA

CONTABILISTA

C.R.C. : MT-009536-0-4 - C.P.F. : 766.765.601-00

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA

PRESIDENTE

R.G. : 474000 SJ/MT - C.P.F. : 349.054.641-53